



EDUCAÇÃO CIÊNCIA E SAÚDE  
<http://dx.doi.org/10.20438/ecs.v9i1.453>

## CARACTERIZAÇÃO DOS USUÁRIOS E ANÁLISE DAS PRESCRIÇÕES DE PSICOTRÓPICOS DISPENSADOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PICUI/PB

Monike Ellen Caetano Gomes<sup>1</sup>, Angelo Gabriel Caminha de Sousa<sup>2</sup>, Camila de Albuquerque Montenegro<sup>3</sup>, Fernando de Sousa Oliveira<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Farmacêutica pela Universidade Federal de Campina Grande, Cuité-PB, Brasil.

<sup>2</sup> Graduando em Farmácia pela Universidade Federal de Campina Grande, Cuité-PB, Brasil.

<sup>3</sup> Docente do Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité-PB, Brasil.

E-mail para correspondência: [fernandoufcg@hotmail.com](mailto:fernandoufcg@hotmail.com)

### Resumo

Transtornos mentais afetam cerca de uma em cada dez pessoas no mundo. Dessa forma, os psicofármacos são utilizados em larga escala, necessitando de atenção devido ao potencial de dependência. O presente estudo teve como objetivo avaliar a prescrição de psicotrópicos na Farmácia Básica de Picuí/PB. Trata-se de um estudo transversal, quantitativo e do tipo descritivo, cuja a amostra foi composta por 100 usuários de psicotrópicos. A avaliação se deu por meio da aplicação de um questionário de novembro de 2018 a maio de 2019, analisando dados sociodemográficos, econômicos, o conhecimento dos pacientes acerca da utilização de psicofármacos e a verificação da adequabilidade da receita com base na portaria 344/98. Observou-se prevalência do sexo feminino, adultos e casados, com baixa escolaridade e aposentados. Das 100 prescrições, 17 apresentaram alguma inconformidade. Os psicotrópicos mais prescritos foram: clonazepam, fluoxetina e diazepam. Encontrou-se 20 interações medicamentosas, sendo a mais prevalente a associação entre fluoxetina e diazepam. Foi observada a presença de pelo menos um MPI nas prescrições dos idosos. Conclui-se que a utilização de psicofármacos é preocupante devido ao uso indiscriminado e às prescrições inadequadas. Desse modo, faz-se necessária a sensibilização dos profissionais da saúde junto à população quanto a utilização desses fármacos.

**Descritores:** saúde mental, medicamentos, psicofármacos.

### Abstract

Mental disorders affect about one in ten people worldwide. Thus, psychotropic are used on a large scale, requiring attention due to the potential for dependence. The present study aimed to evaluate the prescription of psychotropic in the basic pharmacy of Picuí/PB. This is a cross-sectional, quantitative and descriptive study,

whose sample consisted of 100 users of psychotropic. The evaluation was carried out through the application of a questionnaire from November 2018 to May 2019, analyzing sociodemographic and economic data, the patients' knowledge about the use of psychotropic drugs and the verification of the adequacy of the prescription based on Ordinance 344/98. There was a prevalence of females, adults and married, with low education and retired. Of the 100 prescriptions, 17 showed some non-compliance. The most prescribed psychotropics were: clonazepam, fluoxetine and diazepam. Twenty drug interactions were found, the most prevalent being the association between fluoxetine and diazepam. The presence of at least one PIM in the prescriptions of the elderly was observed. It is concluded that the use of psychotropic is worrying due to the indiscriminate use and inadequate prescriptions. Thus, it is necessary to raise the awareness of health professionals with the population regarding the use of these drugs.

**Descriptors:** mental health, drug, psychotropic drugs.

## 1 Introdução

A partir da década de 1950, observou-se uma disseminação na utilização de medicamentos com eficácia para o tratamento de desordens psiquiátricas. Atualmente, esses medicamentos constituem uma importante estratégia terapêutica utilizada em larga escala, no Brasil e no mundo (BALEN et al., 2017).

Uma em cada dez pessoas no mundo sofrem com transtornos mentais e comportamentais. Estima-se que 700 milhões sejam acometidas por esses transtornos. Nesse contexto, o uso de psicotrópicos vem crescendo, acompanhado pelos riscos do uso irracional (DA COSTA; OLIVEIRA, 2017). O aumento no consumo de psicotrópicos está relacionado à melhoria nos diagnósticos de doenças psíquicas, à pesquisa e ao desenvolvimento de novas alternativas farmacológicas e, conseqüentemente, ao incentivo das vendas no mercado farmacêutico dessas terapias consolidadas (SANTOS et al., 2018).

Esses medicamentos são dispensados via receituários regidos pela portaria n.º 344/98 - SVS/MS, que define, de forma abrangente, como deve ser realizada a prescrição e a dispensação de tais fármacos.

As investigações sobre o uso de psicotrópicos, com dados obtidos de pesquisa de base populacional, justificam-se pelo maior acesso da população aos medicamentos e seu crescente uso, pela possibilidade de caracterizar o uso não racional, e pela importância dos psicotrópicos em resgatar o potencial funcional dos indivíduos após a estabilização clínica da doença (PRADO; FRANCISCO; BARROS et al., 2017).

Estudos relativos ao uso de psicotrópicos no contexto brasileiro são escassos, havendo pouca informação quanto ao padrão de consumo na população em geral (TREICHEL et al., 2021). Essas pesquisas, tornam-se mais raras quando se procura avaliar o consumo em cidades do interior do país. Alguns estudos surgem na perspectiva de avaliar o consumo de psicotrópicos em cidades do interior do Nordeste brasileiro (FERREIRA et al., 2020; MESQUITA et al., 2021).

Nesse cenário, enquadra-se o município de Picuí situado na microrregião do Seridó Oriental Paraibano, abrangendo uma área de 661,657 km<sup>2</sup>. De acordo com o IBGE, em 2010, o município contava com 18.222 habitantes. Estudos prévios demonstram que em cidades circunvizinhas a Picuí, há um consumo significativo de psicotrópicos, como em Nova Floresta e Cuité. A utilização desses fármacos não é realizada de forma racional, tampouco possui acompanhamento profissional, nem é seguida de um adequado monitoramento (MORAIS JÚNIOR, 2017; SOUSA, 2022).

No que se refere ao município de Picuí, não foram encontrados estudos que estimem a prevalência do uso desses medicamentos no conjunto da população adulta e idosa.

Levando-se em consideração que nesse município não há estudos que analisem a utilização de psicotrópicos e o perfil da população usuária, torna-se importante investigar o uso desses fármacos, possibilitando o planejamento de intervenções resolutivas e preventivas, que permitam garantir uma farmacoterapia racional, evitando efeitos indesejáveis e insucesso terapêutico.

Neste sentido, o presente trabalho se propõe a avaliar a prescrição de psicotrópicos na Farmácia Básica de Picuí/PB, realizando um estudo de utilização de medicamentos com a finalidade de conhecer o perfil de uso de psicotrópicos, levantando quais as classes mais utilizadas, as indicações terapêuticas, associações mais prescritas, assim como, variáveis sociodemográficas associadas ao uso desses medicamentos.

## **2 Metodologia**

Trata-se de um estudo transversal, quantitativo e do tipo descritivo, cujo seguimento amostral foi composto por 100 usuários de psicotrópicos atendidos na Farmácia Básica de Picuí/PB. Foram avaliadas as receitas e as notificações

de receita do tipo controle especial prescrita por profissional habilitado, durante o período de novembro de 2018 a maio de 2019.

O instrumento de coleta de dados foi constituído por um questionário, dividido em três partes e baseado no estudo de Silva (2009). Na primeira parte, foram abordados dados de identificação dos entrevistados, como: idade, sexo e situação conjugal. Na segunda, informações sobre aquisição e utilização do medicamento. Por fim, na terceira parte, coletaram-se informações a respeito da prescrição. O questionário foi respondido pelo usuário após a aquisição do medicamento, sendo realizada uma explicação prévia sobre a finalidade do instrumento.

Os critérios de inclusão foram: ser residente em Picuí/PB e utilizar o serviço da Farmácia Básica; ter 18 anos ou mais de idade; estar de posse da receita ou notificação de receita, com prescrição de profissional habilitado; fazer uso de psicofármacos; e ter assinado o termo de consentimento livre e esclarecido. Os critérios de exclusão para essa pesquisa envolveram: usuários que se recusassem a participar; que não se enquadraram nos critérios de inclusão, com déficit cognitivo ou com alteração na comunicação.

Os dados foram computados no programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 20.0, no qual foi realizada a análise descritiva. Os dados das variáveis foram apresentados em número absoluto e frequência relativa.

Para a identificação das possíveis interações medicamentosas foi utilizado o programa *Drug-Reax<sup>®</sup> System*, pertencente ao banco de dados *Micromedex<sup>®</sup> Health Series*, com acesso em rede, por meio do portal de periódicos da CAPES. Sobre os psicotrópicos potencialmente inapropriados para idosos (MPI), estes foram identificados por meio dos critérios de *Beers-Fick* (2015).

Este estudo considerou os aspectos éticos de pesquisa envolvendo seres humanos, preconizado pelas resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa respeitou o Código de Ética da Profissão Farmacêutica Nº 417/CFF, bem como, foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Hospital Universitário Alcides Carneiro da Universidade Federal de Campina Grande, sob o parecer nº 2.670.536.

### 3 Resultados e discussão

A utilização de medicamentos é resultado de um processo que envolve diversos atores e variáveis, cuja análise é capaz de gerar informações que podem ser utilizadas para transformar significativamente a realidade observada com vistas à promoção do uso racional. A tabela 1 descreve a distribuição dos entrevistados quanto à idade, ao sexo, a situação conjugal, ao grau de escolaridade, ocupação, número de membros da família e a renda familiar mensal dos usuários de medicamentos psicotrópicos dispensados pela Farmácia Básica de Picuí/PB.

A faixa etária dos entrevistados variou entre 18 e 95 anos, sendo a média de 47,7 anos, valor próximo ao encontrado no estudo de Braga et al. (2016) que foi de 50 anos. É importante ressaltar que a predominância dos entrevistados foi de adultos (79,0%), seguidos da população idosa (21,0%). Esses resultados se assemelham aos obtidos por Balen et al. (2017), em que 78,8% e 16,7% dos entrevistados eram adultos e idosos, respectivamente.

No que se refere ao sexo, o feminino foi representado por 69,0%. O fato de as mulheres adultas aparecerem de forma predominante em pesquisas relacionadas aos psicotrópicos é verificado em diversas pesquisas, a exemplo do estudo de Da Costa et al. (2017), na cidade de Sobral/CE, em que as mulheres representaram cerca de 65,0% do público que utilizava psicofármacos.

Acredita-se que a diferença entre a utilização de medicamentos conforme o sexo esteja relacionado às questões fisiopatológicas e culturais, bem como, em experiências de vida, ou seja, ambos apresentem respostas diferentes a situações estressantes (GUERRA et al., 2013). A prevalência de mulheres adultas pode ser justificável devido ao fato de que essas são mais afetadas por doenças psíquicas, possuem maior consciência quanto a sua necessidade de tratamento e buscam mais serviços de saúde, consumindo psicofármacos em maior quantidade (TORRES et al., 2014; ARAÚJO et al., 2017), ou ainda, as doenças psíquicas em homens não são diagnosticadas e, devidamente, notificadas.

**Tabela 1 - Características sociodemográficas dos usuários de psicotrópicos da Farmácia Básica de Picuí/PB (n=100)**

Variáveis	N	%
<b>Idade (em anos)</b>		
18-59	79	79,0
60 ou mais	21	21,0
<b>Sexo</b>		
Feminino	69	69,0
Masculino	31	31,0
<b>Situação conjugal</b>		
Solteiro (a)	26	26,0
Casado (a)	44	44,0
Viúvo (a)	09	09,0
Separado/Divorciado (a)	12	12,0
União estável	09	09,0
<b>Escolaridade</b>		
Sem escolaridade	17	17,0
*Baixa escolaridade	57	57,0
**Média escolaridade	21	21,0
***Alta escolaridade	05	05,0
<b>Ocupação</b>		
Agricultor	27	27,0
Aposentado	33	33,0
Desempregado	15	15,0
Dona de casa	07	07,0
Estudante	06	06,0
Autônomo	04	04,0
Outros	08	08,0
<b>Número de membros na família</b>		
01-03	63	63,0
04-06	34	34,0
Acima de 06	03	03,0
<b>Renda familiar mensal (em reais)</b>		
Inferior a um salário mínimo	32	32,0
Um salário mínimo	56	56,0
Superior a um salário mínimo	12	12,0

\*Ensino fundamental completo e incompleto; \*\*Ensino médio completo e incompleto; \*\*\*Ensino superior completo e incompleto e pós-graduação.

Fonte: dados da pesquisa, 2019

No que diz respeito ao estado civil, a maior parcela dos entrevistados foi composta pelos casados (44,0%), podendo ser comparado ao estudo de Medeiros Filho et al. (2018), em que os usuários de psicofármacos casados correspondiam a 44,3%. Os casados podem utilizar maior quantidade desses medicamentos, por exercerem maiores responsabilidades frente ao cotidiano

de seus familiares, resultando em tensão e preocupação elevadas (SILVA et al., 2015).

Em relação ao nível de instrução, nota-se uma alta percentagem de pessoas com baixa escolaridade (57,0%), seguido por média escolaridade (21,0%). Tal dado compara-se, por exemplo, com o estudo de Medeiros Filho et al. (2018), que relata 48,8% da amostra com nível de baixa escolaridade. Segundo Vidal et al. (2013), a baixa escolaridade pode influenciar a precipitação de transtornos mentais e comportamentais (TMC) associados aos déficits nutricionais, prejuízo intelectual, baixo desempenho educacional e psicossocial, ou seja, indivíduos que apresentem baixa escolaridade possuem uma diminuição na capacidade de escolhas, sejam profissionais e/ou pessoais.

No quesito ocupação, os aposentados se apresentam em maioria (33,0%), seguidos pelos agricultores (27,0%) e desempregados (15,0%). Os aposentados, por serem pacientes sem ocupação profissional, apresentam maior vulnerabilidade frente à utilização de psicofármacos devido à maior prevalência de transtornos mentais (COUTINHO et al., 2014). Conforme Oliveira, Araújo e Alves (2015), esse público possui maior risco de desenvolverem sintomas de insônia e ansiedade, favorecendo o uso crônico de psicofármacos.

Ainda na tabela 1, observam-se as características socioeconômicas dos usuários, em que 63,0% da amostra é composta por famílias com 1 a 3 pessoas, seguido por 4 a 6 pessoas (34,0%), dessa forma prevalecendo famílias pequenas. Na atualidade, há predominância de pequenas famílias, pois os pais procuram não ter muitos filhos, já que os problemas inerentes à rotina da casa, as preocupações com o bem-estar dos filhos, contribuem para os estados de ansiedade e tristeza dos usuários de psicotrópicos (SANTOS; ALMEIDA; ESTÁCIO, 2014).

Com relação a renda familiar, constatou-se que 56,0% dos entrevistados recebiam um salário mínimo (R\$ 1045,00), possuindo relação direta com o principal público que busca o serviço de saúde gratuito. Esse resultado se aproxima-se do encontrado por Medeiros Filho et al. (2018), em que 49,8% dos entrevistados possuíam renda de até um salário mínimo. Vidal et al. (2013) argumentam, em seu estudo, que a renda é uma variável inversamente proporcional a presença de TMC, quando baixa, pode aumentar o uso de

psicofármacos, estando de acordo com os dados do presente estudo.

Ressalta-se ainda, no aspecto econômico, a importância do Estado no acesso aos medicamentos, com a finalidade de atender a demanda e a necessidade da população, auxiliando na adesão e no sucesso farmacoterapêutico. Dentre inúmeras razões, Fernandes et al. (2018) destacam que o trabalhador em situação de desvantagem econômica, torna-se mais vulnerável ao surgimento de transtornos mentais. Seguindo pelo mesmo ponto de vista, Gomes, Miguel e Miasso (2013) realizaram um estudo no interior de São Paulo, com pacientes da atenção básica, e identificaram uma prevalência de 80,0% de TMC em indivíduos com renda inferior a 1 salário mínimo e 60,0% em indivíduos com renda entre 1 e 3 salários mínimos.

No que diz respeito ao tempo de uso de psicotrópicos, a tabela 2 demonstra que 56,0% utilizava por um período de 1 a 10 anos. Resultados semelhantes foram encontrados por Santos, Almeida, Estácio (2014), observando que uma parcela significativa dos entrevistados utilizava esses medicamentos de 3 a 10 anos. O tempo de uso médio dessa classe de medicamentos, no presente estudo, foi de 8,2 anos. Esses resultados são semelhantes aos encontrados por Medeiros Filho et al. (2018), em que o tempo médio de utilização foi de 7,3 anos. Considera-se um longo período de utilização, podendo provocar nos pacientes algum quadro de dependência farmacológica.

**Tabela 2 - Características relacionadas à utilização de psicotrópicos pelos usuários da Farmácia Básica de Picuí/PB (n=100)**

Variáveis	N	%
<b>Tempo de utilização</b>		
Inferior a 01 ano	23	23,0
Entre 01 e 10 anos	56	56,0
Entre 11 e 20 anos	08	08,0
Acima de 20 anos	13	13,0
<b>Presença de reação desagradável</b>		
Sim	18	18,0
Não	82	82,0
<b>Local de aquisição da receita</b>		
UBS	82	82,0
CAPS	03	03,0
Hospital público	02	02,0
Consórcio intermunicipal	13	13,0

Fonte: dados da pesquisa, 2019

Em relação às reações adversas aos medicamentos (RAM), 82,0% dos pacientes afirmaram não sentir desconforto frente à utilização dos medicamentos. Dos 18,0% que notaram o surgimento de RAM, afirmaram que os desconfortos foram: cefaleia, tontura e esquecimento, corroborando os achados de Lopes e Grigoletto (2013) e Souza et al. (2016), os quais constataram que as reações mais prevalentes eram sonolência, dores de cabeça, tontura e náusea.

Sobre a consulta e aquisição da receita e da notificação de receita, observou-se que 82% dos entrevistados as adquiriram nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), sendo assim, grande parte era de usuários do serviço público. Tal dado se confirma por meio do estudo de Reis, Matos e Melo (2017), em que 84,6% das prescrições eram da rede pública municipal. De acordo com Moliner e Lopes (2013), é importante o atendimento à saúde mental em nível primário da atenção, pois possibilita um acesso mais fácil e rápido quando comparado aos outros serviços que demandam tempo em filas de espera e alto custo.

Observa-se na tabela 3 que a sensação desagradável durante a utilização dos psicotrópicos foi relatada por mulheres, de forma significativa em comparação aos homens. Dentre as explicações, pode-se atribuir aos aspectos fisiológicos e hormonais que influenciam a farmacocinética e a farmacodinâmica dos medicamentos, a constituição orgânica feminina que apresenta maior teor de gordura corporal. A literatura ainda indica que há uma diferença de metabolização dos fármacos entre homens e mulheres (NAGAI, et al., 2018).

**Tabela 3 – Presença de RAM nos usuários de psicotrópicos da Farmácia Básica de Picuí/PB**

Sexo	Sente reação desagradável ao utilizar o medicamento?	
	Sim N	Não N
Feminino	18	51
Masculino	00	31
Total	18	82

Fonte: dados da pesquisa, 2019

A tabela 4 aponta que 85,0% dos entrevistados alegaram ter acompanhamento regular profissional, porém pôde-se observar que o

comparecimento às consultas era realizado com a finalidade de renovar a receita. Essa prática é corriqueira nos serviços de saúde de atenção básica no Brasil e traz consigo riscos à qualidade de vida dos pacientes que utilizam medicamentos de uso contínuo, pois os mesmos estão sujeitos aos danos à saúde quando não são seguidos os protocolos clínicos bem definidos. Além disso, pode perpetuar o uso de medicamentos com indicação duvidosa, efeitos indesejáveis significativos, interações medicamentosas, medicamentos contraindicados e/ou que não são mais necessários (REIS et al., 2018).

Dentre os entrevistados, 76,0% afirmaram nunca ter abandonado a farmacoterapia, desde a primeira utilização. Os que abandonaram a terapia medicamentosa (24,0%) justificaram que a atitude tinha como finalidade verificar se “o corpo conseguia ficar sem o medicamento”, pois demonstravam receio em se tornarem dependentes, visto que o uso prolongado causa a dependência farmacológica, podendo provocar busca compulsiva e prejudicar o indivíduo pessoal e socialmente (FARIAS et al., 2016).

Outra justificativa comum era a ausência desses medicamentos na Farmácia Básica, já que os fornecedores, algumas vezes, não cumpriam com os prazos de entrega, deixando o estabelecimento de promoção à saúde desabastecido e a população desassistida. Porém, ao final, os pacientes retornavam ao uso dos psicotrópicos.

Com relação às informações fornecidas pelos prescritores, apenas 35% dos entrevistados relataram ter recebido, entre elas: posologia e motivo da utilização. Entretanto, 65% afirmaram não ter recebido esclarecimentos, demonstrando a importância do farmacêutico na dispensação, pois esse profissional presta orientações que garantem o uso racional de medicamentos.

A respeito do prescritor, constatou-se a prevalência do clínico geral em 91,0% das receitas e notificações de receitas analisadas, porém é sabido que o psiquiatra é o profissional mais indicado. Reis, Matos e Melo (2017), demonstraram que as prescrições realizadas pelo clínico geral correspondiam a 81,9%; enquanto os psiquiatras foram responsáveis por 10,5%. A explicação para a prevalência se dá pela carência de especialistas nos municípios brasileiros, dificultando o agendamento das consultas com profissionais habilitados, deixando uma lacuna que é preenchida pelo clínico geral.

Em relação à conformidade das prescrições analisadas, evidenciou-se

que 83,0% apresentavam-se em concordância ao exigido pela Portaria SVS/MS nº 344/98. Entre os erros encontrados nas demais prescrições, os mais comuns foram: a ausência da via de administração, prescrição de tratamento acima de 30 dias e excesso de abreviaturas. Em uma pesquisa realizada por Grassi, Castro e Santos (2014), a presença de erros mais comuns em algumas prescrições foram: abreviaturas e rasuras. Segundo Anacleto et al. (2010), esses erros podem assumir dimensões clinicamente significativas e impor custos ao SUS. Estudos têm evidenciado a prescrição eletrônica como solução, sendo importante para auxiliar na minimização e prevenção de erros de prescrição, ao conduzir para uma melhor organização e legibilidade (SILVÉRIO; LEITE, 2010).

**Tabela 4 - Informações relacionadas ao tratamento dos usuários de psicotrópicos da Farmácia Básica de Picuí/PB (n=100)**

<b>Variáveis</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Acompanhamento profissional regular</b>		
Sim	85	85,0
Não	15	15,0
<b>Interrompeu o tratamento</b>		
Sim	24	24,0
Não	76	76,0
<b>Acesso à informação por meio do prescritor</b>		
Sim	35	35,0
Não	65	65,0
<b>Especialidade do prescritor</b>		
Clínico geral	91	91,0
Psiquiatra	06	6,0
Reumatologista	01	1,0
Neurologista	01	1,0
Oncologista	01	1,0
<b>Preenchimento da receita</b>		
Correto	84	84,0
Incorreto	16	16,0

Fonte: dados da pesquisa, 2019

Nota-se na tabela 5, que os psicofármacos mais prescritos foram o clonazepam (19,2%), a fluoxetina (18,4%) e o diazepam (12,3%). Tais dados se assemelham aos de Braga et al. (2016), em que as classes mais prescritas foram os BZD e os inibidores seletivos da recaptura de serotonina (ISRS), e a prescrição se deu de forma majoritária para clonazepam e fluoxetina, respectivamente. Da mesma forma, no estudo realizado por Reis, Matos e Mali

(2017), os psicofármacos mais utilizados foram clonazepam e fluoxetina. É importante destacar que os BDZ como o clonazepam e diazepam são associados a um alto risco de dependência, deixando os usuários sujeitos a dependência farmacológica (SILVA et al., 2016).

**Tabela 5 - Psicotrópicos dispensados na Farmácia Básica de Picuí/PB (N=100)**

Psicotrópicos (mg)	Quantidade prescrita	%
Clonazepam 2	25	19,2%
Fluoxetina 20	24	18,4%
Diazepam 10	16	12,3%
Escitalopram 10	07	5,3%
Carbamazepina 200	07	5,2%
Haloperidol 5	06	4,7%
Prometazina 25	05	3,8%
Fenobarbital 100	05	3,8%
Levomepromazina 25	04	3,0%
Duloxetina 60	04	3,0%
Amitriptilina 25	04	3,0%
Sertralina 50	03	2,3%
Paroxetina 20	02	1,5%
Clorpromazina 25	02	1,5%
Lítio 450	02	2,2%
Risperidona 2	01	0,8%
Quetiapina 100	01	0,8%
Oxcarbazepina 300	01	0,8%
Fenitoína 100	01	0,8%
Clorpromazina 100	01	0,8%
Tramadol 50	01	0,8%
Clomipramina 25	01	0,8%
Bupropiona 150	01	0,8%
Bromazepam 6	01	0,8%
Amitriptilina 5	01	0,8%
Alprazolam 0,5	01	0,8%
Alprazolam 1	01	0,8%
Ácido valproico 250	01	0,8%
Ácido valproico 500	01	0,8%

Fonte: dados da pesquisa, 2019

Conforme a tabela 6 percebe-se que houve a prescrição de pelo menos um MPI para cada um dos 21 idosos entrevistados. Entre os MPI citados, destacam-se os BDZ representados pelo clonazepam e diazepam, que juntos corresponderam a 52,1% dos psicotrópicos prescritos para idosos, corroborando com os dados encontrados por Noia et al. (2012). Tal fato se confirma em uma revisão realizada por Moreno et al. (2018), em que os BDZ

foram os mais prescritos para a população idosa.

O uso de BZD deve ser evitado por idosos, pois aumenta o risco de comprometimento cognitivo, *delirium*, quedas e fraturas, afetando de maneira negativa a qualidade de vida desse público (OLIVEIRA et al., 2016).

**Tabela 6 - Psicotr3picos potencialmente inapropriados dispensados a idosos na Farm3cia b3sica de Picu3-PB (N=21)**

Psicotr3picos (mg)	Quantidade prescrita	%
Clonazepam 2	09	39,1%
Diazepam 10	03	13,0%
Fenobarbital 100	02	8,7%
Amitriptilina 25	02	8,7%
Prometazina 25	01	4,3%
Levomepromazina 25	01	4,3%
Haloperidol 5	01	4,3%
Fluoxetina 20	01	4,3%
Duloxetina 60	01	4,3%
Carbamazepina 200	01	4,3%
Alprazolam 0,5	01	4,3%

Fonte: dados da pesquisa, 2019

Conforme apresentado no quadro 1, a intera33o medicamentosa mais encontrada foi entre fluoxetina e diazepam, sendo considerada de baixa severidade e tendo como efeito principal a inibi33o do CYP 450 pela fluoxetina. Esse efeito pode aumentar a biodisponibilidade do diazepam e, conseqüentemente seu efeito, acarretando a necessidade de ajuste posol3gico do mesmo. Marini e Turatti (2014) encontraram resultados semelhantes, em que a intera33o entre fluoxetina e diazepam esteve presente em prescri33es. Braga et al. (2016), verificaram tamb3m que a principal potencial intera33o em prescri33es de psicotr3picos era a combina33o entre os ISRS e BDZ. No quadro 1, est3o listadas as potenciais intera33es encontradas nas prescri33es de psicotr3picos, o grau de severidade, o efeito da intera33o, assim como, a sugest3o de conduta a ser realizada.

**Quadro 1 - Potenciais interações medicamentosas em prescrições de psicotrópicos dos usuários da Farmácia Básica de Picuí-PB (N=100)**

Medicamentos (mg)	Severidade	Efeito da interação	Conduta
Diazepam 10 Fluoxetina 20	Baixa	Aumento da exposição ao diazepam por inibição da CYP450	Ajuste posológico do diazepam
Bromazepam 6 Haloperidol 1	Alta	Aumento no risco de depressão respiratória ou cardiovascular	Devido ao sinergismo faz-se necessário ajustes de dose
Diazepam 10 Amitriptilina 25	Moderada	Comprometimento psicomotor que afeta tarefas com habilidades motoras	Pode ser necessário ajuste de dose
Escitalopram 100 Risperidona 2	Alta	Prolongamento aditivo do intervalo QT	Ajuste posológico do escitalopram (se necessário) e/ou verificação do risco/benefício
Duloxetina 60 Tramadol 50	Alta	Aumento das concentrações de tramadol devido à inibição do CYP2D6	Evitar o tramadol ou utilizá-lo com cautela se o benefício superar o risco
Carbamazepina 200 Fluoxetina 20	Alta	Aumento da exposição de carbamazepina pela inibição do CYP3A4	Estudo para verificação do ajuste de dose da carbamazepina
Carbamazepina 200 Fenobarbital 100	Moderada	Diminuição da exposição da carbamazepina e possível perda de eficácia	Monitoramento dos níveis séricos de carbamazepina para ajuste posológico
Carbamazepina 200 Clorpromazina 100	Alta	Efeitos depressores do SNC e respiratórios aumentados, sedação, raciocínio e habilidades psicomotoras	Ajuste de dose, principalmente no início do tratamento
Clorpromazina 100 Haloperidol 5	Alta	Aumento no risco de toxicidade	Redução na dosagem de clorpromazina
Carbamazepina 200	Moderada	Decréscimo das	Pode ser

Haloperidol 5		concentrações plasmáticas de haloperidol	necessário ajuste de dose e/ou de intervalos do haloperidol
Haloperidol 5 Carbonato de lítio 450	Alta	Fraquezas, discinesias, encefalopatia e dano cerebral	Haloperidol deve ser estudado e monitorado para futuro ajuste posológico
Haloperidol 5 Prometazina 25	Alta	Aumento do risco prolongado do intervalo QT	Cautela no uso do haloperidol e ajuste posológico de prometazina
Prometazina 25 Carbonato de lítio 450	Alta	Fraquezas, discinesias, encefalopatia e dano cerebral	Os fármacos devem ser monitorados quanto à eficácia e segurança, a descontinuação de um ou de ambos pode ser necessária

Fonte: dados da pesquisa, 2019

#### 4 Conclusão

Diante dos resultados obtidos por meio da análise das prescrições de psicotrópicos dispensados na Farmácia Básica do município do Picuí/PB, verificou-se uma predominância de uso por pessoas adultas, sexo feminino, casadas, com baixo nível de escolaridade e a maioria composta por aposentados. Constata-se a predominância do consumo de BDZ e ISRS, com destaque para diazepam e fluoxetina. A maior parte das prescrições era realizada por clínicos gerais e 17 prescrições estavam com inconformidades com a portaria 344/98. Todos os idosos entrevistados faziam uso de pelo menos um MPI, sendo predominante o consumo de clonazepam e diazepam. Com relação às interações medicamentosas prevaleceu a associação de diazepam e fluoxetina.

É relevante ressaltar as inúmeras lacunas presentes no processo de uso dos psicofármacos no município de Picuí/PB que vão desde o momento da consulta até a utilização do medicamento. Dentre inúmeras razões para

solucionar essas falhas, faz-se importante a presença do profissional farmacêutico de forma assídua, não apenas na dispensação, mas, também, na oferta do cuidado farmacêutico via serviços clínicos, visando diminuir os impactos negativos da utilização de psicotrópicos.

## 5 Referências

AMERICAN GERIATRICS SOCIETY 2015 BEERS CRITERIA UPDATE EXPERT PANEL. American Geriatrics Society 2015 updated beers criteria for potentially inappropriate medication use in older adults. **Journal of the American Geriatrics Society**, v. 63, n. 11, p. 2227-2246, 2015.

ANACLETO, T. A.; ROSA, M. B.; NEIVA, H. M.; MARTINS, M. A. P. Erros de medicação. **Farmácia Hospitalar**, v. 1, n. 1, p. 1-24, 2010. Disponível em: [http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/124/encarte\\_farmaciahospitalar.pdf](http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/124/encarte_farmaciahospitalar.pdf). Acesso em: 10 jun. 2020.

ARAÚJO, M. E. A. et al. Prevalência de utilização de serviços de saúde no Brasil: revisão sistemática e metanálise. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 26, n. 3, p. 589-604, 2017.

BALEN, E. et al. Interações medicamentosas potenciais entre medicamentos psicotrópicos dispensados. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 66, n. 3, p. 172-177, 2017.

BRAGA, D. C. et al. Uso de psicotrópicos em um município do meio oeste de Santa Catarina. **Journal of the Health Sciences Institute**, v. 34, n. 2, p. 108-113, 2016.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 596, de 21 de fevereiro de 2014. **Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares**. Disponível em: < <https://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/76/08-codigodeetica.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico do município de Picuí/PB, 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/picui/panorama>>. Acesso em: 24 set. 2018.

BRASIL. Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998. **Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial**. DOU, Brasília, DF, 31 dez. 1998. Disponível em: < [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344\\_12\\_05\\_1998\\_rep.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html)>. Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. **Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. DOU, Brasília, DF, 24 mai. 2016. Disponível em: < <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

COUTINHO, L. M. S. et al. Prevalência de transtornos mentais comuns e contexto social: análise multinível do São Paulo Ageing & Health Study (SPAH). **Cadernos de**

**Saúde Pública**, v. 30, n. 9, p. 1875-1883, 2014.

DA COSTA, G. M. P.; OLIVEIRA, M. A. S. Estudo das prescrições de psicotrópicos em uma farmácia da cidade de Sobral, Ceará, Brasil. **Infarma - Ciências Farmacêuticas**, v. 29, n. 1, p. 27-33, 2017.

FARIAS, M. S. et al. Uso de psicotrópicos no Brasil: uma revisão da literatura. **Journal of Biology & Pharmacy and Agricultural Management**, v. 12, n. 4, p. 6-10, 2016.

FERNANDES, M. A. et al. Transtornos mentais e comportamentais em trabalhadores: estudo sobre os afastamentos laborais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, n. 1, p. 1-8, 2018.

FERREIRA et al. Perfil farmacoterapêutico em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-ad) do Nordeste brasileiro. **Revista Ciências em Saúde**, v. 10, n. 3, p. 56-63, 2020.

FICK, D. M. et al. American geriatrics society updated beers criteria for potentially inappropriate medication use in older adults: The American Geriatrics Society 2012 Beers Criteria Update expert panel. **Journal of the American Geriatric Society**, v. 60, n. 4, p. 616-631, 2012.

GOMES, V. F.; MIGUEL, T. L. B.; MIASSO, A. I. Common mental disorders: socio-demographic and pharmacotherapy profile. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 21, n. 6, p. 1203-1211, 2013.

GRASSI, L. T. V.; CASTRO, J. E. S. Estudo do consumo de medicamentos psicotrópicos no município de Alto Araguaia-MT. **Revista Saberes da Fapan**, v. 1, n. 4, p. 3516-4332, 2014.

GUERRA, C. S. et al. Epidemiologic profile and prevalence of psychotropic use in one reference unit for mental health. **Journal of Nursing**, v. 7, n. 6, p. 444-451, 2013.

LOPES, L. M. B.; GRIGOLETO, A. R. L. The conscious use of psychotropic medications: responsibility of the health professional team. **Brazilian Journal of Health**, v. 2, n. 1, p. 1-14, 2013.

MARINI, D. C.; TURATTI, M. E. Estudo das interações medicamentosas em um consultório psiquiátrico de Mogi Guaçu. **FOCO: Caderno de Estudos e Pesquisas**, v. 5, n. 7, p. 11-30, 2014.

MEDEIROS FILHO, J. S. A. et al. S. Uso de psicofármacos na atenção primária à saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, n. 3, p. 1-12, 2018.

MESQUITA et al. Uso de psicotrópicos e a influência no cotidiano das pessoas de um município do interior do Piauí. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 12, n. 1, p. e26472, 2021.

MICROMEDEX®. **Micromedex® Solutions. Base de Dados**. Disponível em: [expert/ND\\_B/evidencexpert/ND\\_AppProduct/evidencexpert/ND\\_T/evidencexpert/PFAc tionId/pf.HomePage?navitem=topHome&isToolPage=true](http://expert/ND_B/evidencexpert/ND_AppProduct/evidencexpert/ND_T/evidencexpert/PFAc tionId/pf.HomePage?navitem=topHome&isToolPage=true)>. Acesso em: 09 ago. 2019.

MOLINER, J.; LOPES, S. M. B. Saúde mental na atenção básica: possibilidades para uma prática voltada para a ampliação e integralidade da saúde mental. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 4, p. 1072-1083, 2013.

MORAIS JÚNIOR, I. P. **Avaliação da prescrição e dispensação de medicamentos psicotrópicos pela rede pública municipal de saúde de Nova Floresta/PB**. 2017. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia). Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2017.

MORENO, C. A. S. et al. Consumo de drogas médicas, medicamentos de venda livre e álcool em idosos. **Journal Health NPEPS**, v. 3, n. 2, p. 583-600, 2018.

NAGAI, K. L. et al. Use of triggers tools to search for adverse drug reactions in the elderly admitted to emergency departments. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 11, p. 3997-4006, 2018.

NOIA, A. S. et al. Fatores associados ao uso de psicotrópicos por idosos residentes no Município de São Paulo. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, v. 46, n. 1, p. 38-43, 2012.

OLIVEIRA, F. C.; ARAÚJO, I. R. M.; ALVES, M. A. R. **Perfil dos usuários crônicos de benzodiazepínicos na atenção básica: uma revisão integrativa**. 2015. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2015.

OLIVEIRA, M. G. et al. Consenso brasileiro de medicamentos potencialmente inapropriados para idosos. **Geriatrics Gerontology and Aging**, v. 10, n. 4, p. 168-181, 2016.

PRADO, M. A. M. B.; FRANCISCO, P. M. S. B.; BARROS, M. B. A. Uso de medicamentos psicotrópicos em adultos e idosos residentes em Campinas, São Paulo: um estudo transversal de base populacional. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 26, n. 4, p. 747-758, 2017.

REIS, A. G.; MATOS, M. F. S.; MELO, O. F. Perfil de prescrições de psicotrópicos em farmácia comunitária. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, v. 16, n. 2, p. 37-41, 2017.

REIS, I. L. F. et al. Renovação de prescrição médica na atenção primária: uma análise crítica. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 1936, n. 28, p. 1-5, 2018.

SANTOS, H. S. et al. A utilização dos medicamentos psicotrópicos e seus fatores associados. **Revista de Iniciação Científica e Extensão**, v. 1, n. 1, p. 51-56, 2018.

SANTOS, E. A.; ALMEIDA, M. L.; ESTÁCIO, S. C. S. A. **Avaliação do perfil dos usuários de psicotrópicos nos municípios de Tremembé e Pindamonhangaba**. 2014. 32 f. Monografia (Graduação em Farmácia), Fundação Universitária Vida cristã, Faculdade de Pindamonhangaba, São Paulo, 2014.

SILVA, D. M. C. **Avaliação do consumo de medicamentos psicotrópicos no município de Pacatuba**. 2009. 51 f. Monografia (Especialização em Vigilância Sanitária) - Escola de Saúde Pública do Ceará, Fortaleza, 2009.

SILVA, V. P. et al. Perfil epidemiológico dos usuários de benzodiazepínicos na atenção primária à saúde. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, v. 5, n. 1, p. 1393-1400, 2015.

SILVA, V. P. et al. Características do uso e da dependência de benzodiazepínicos

entre usuários: atenção primária à saúde. **Revista de Enfermagem UERJ**, v. 24, n. 6, p. 1-6, 2016.

SILVÉRIO, M.S., LEITE, I.C.G. Qualidade das prescrições em município de Minas Gerais: uma abordagem fármaco epidemiológica. **Revista da Associação Médica Brasileira**. v. 56, n. 6, p. 675-6780, 2010.

SOUSA, A. G. C. **Avaliação das prescrições de psicofármacos na Farmácia Básica do município de Cuité-PB**. 2022. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia). Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2022.

SOUZA, Y. O. M. **Uma abordagem teórica acerca de intervenções farmacoterapêuticas derivadas da análise farmacêutica na prescrição médica em nível hospitalar no Brasil**. 2016. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia). Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira, 2016.

TORRES, M. L. D. et al. Prescrição de psicotrópicos e especialidade médica: estudo em uma farmácia comercial no município do Maranhão. **Revista Científica do ITPAC**, v. 7, n. 4, p. 1-6, 2014.

TREICHEL, C. A. S. et al. Uso de psicotrópicos e sua associação com sobrecarga em familiares cuidadores de usuários de centros de atenção psicossocial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 1, p. 329-337, 2021.

VIDAL, C. E. L. et al. Transtornos mentais comuns e uso de psicofármacos em mulheres. **Caderno de Saúde Coletiva**, v. 21, n. 4, p. 457-64, 2013.

## 6 Agradecimentos

Os autores agradecem à equipe da Farmácia Básica do município de Picuí/PB pela colaboração na coleta de dados e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC.